

3* FEVEREIRO 1997

CORREIO BRAZILIENSE

Paulino Motter

"A escola é a nova riqueza das nações. Passou a valer mais que a fazenda, a fábrica ou o banco."
(Peter Drucker)

O que era apenas promessa quando o presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu os governadores em Belo Horizonte (MG), no dia 4 de março, para lançar o Ano da Educação, virou realidade: 1996 foi um ano marcante para a educação brasileira. A crescente demanda da sociedade que reclama o direito ao ensino público de qualidade, os esforços coordenados do Ministério da Educação e das secretarias estaduais de Educação, a busca de maior integração entre as três esferas de governo e a sensibilidade manifestada pelo Congresso Nacional resultaram em importantes avanços educacionais.

Comecemos pelas grandes reformas institucionais: 1996 foi o ano da aprovação da Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; da sua regu-

lamentação, mediante projeto de lei encaminhado pelo Executivo e aperfeiçoado pelo Congresso (Lei nº 9.424, de 24/12/96); da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, depois de mais de oito anos de impasses (- Lei nº 9.394, de 20/12/96); da instalação do novo Conselho Nacional de Educação.

Também foi o ano da consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); da realização do primeiro ciclo do Exame Nacional de Cursos, o *Provão*; da formulação de um projeto de reorganização do Ensino Técnico e Profissional; do início do debate sobre a reforma do Ensino Médio e sobre as Diretrizes Políticas para a Formação e Profissionalização do Magistério; da definição de proposta para regulamentar o princípio constitucional da autonomia universitária; da implementação do Programa TV Escola; e do lançamento do Programa Informática na Educação.

O ano findo foi marcante ainda se considerarmos as ações desenvolvidas pelos sistemas estaduais

de ensino, orientadas para o fortalecimento da escola pública e a busca da qualidade na educação. Em todos os estados, as secretarias de Educação implementaram importantes programas e projetos nas áreas de formação e capacitação docente, reorganização das redes de ensino, gestão democrática e compartilhada da educação, autonomia das unidades de ensino, colaboração entre estados e municípios, alfabetização, educação de jovens e adultos e ensino a distância.

Como fórum catalisador desse dinamismo empreendimento pelos estados, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) teve uma atuação destacada em 1996, participando ativamente da formulação das políticas nacionais de educação e desempenhando importante papel de articulação no Congresso para a aprovação das reformas já nominadas. Merece ainda destaque o fortalecimento das relações institucionais com o MEC, viabilizando parcerias na implementação de programas como TV Escola, Políticas Públicas de Ensino Médio e de Formação do Ma-

gistério e Informática na Educação.

É dentro dessa perspectiva de cooperação e divisão de responsabilidades entre a União, estados e municípios que o secretário de Educação do Paraná, Ramiro Wahrhaftig, assumiu a presidência do Consed para o biênio 1997-1998. Sua eleição, realizada durante a última reunião de 96, em Salvador (BA), nos dias 16 e 17 de dezembro, garante a continuidade do trabalho desenvolvido pela última diretoria, tendo à frente a competente ex-secretária de Educação de Minas Gerais, Ana Luíza Machado Pinheiro, que em fevereiro vai assumir a chefia da Oficina Regional da Unesco para a Educação na América Latina e no Caribe (Orealc), com sede em Santiago, no Chile. Essa posição de destaque é um reconhecimento tanto pela condução da bem-sucedida reforma educacional mineira quanto pela sua gestão no Consed.

Sem entrar no mérito da atuação do governo Jaime Lerner em outras áreas, pelo menos na área da Educação sabe-se que o Paraná está na mão de gente séria e comprometida com a escola pública de quali-

dade. A projeção alcançada pelo secretário Ramiro Wahrhaftig no plano nacional é resultado das posições coerentes que tem defendido nas reuniões do Consed, cuja credibilidade se apóia em iniciativas inovadoras, como a Universidade do Professor e o projeto de reforma do Ensino Médio em fase de implementação. Resulta também da sua capacidade de liderança, demonstrada na articulação de projetos importantes, como a Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional (Renagest) e o programa de Informática na Educação.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que vem realizando uma gestão eficiente e empreendedora, manteve permanente diálogo com o Consed na gestão Ana Luíza. O clima de entendimento e cooperação entre o MEC e as secretarias estaduais de Educação deve continuar sob a presidência do secretário de Educação do Paraná. Essa parceria tem sido fundamental para dar viabilidade política às iniciativas do governo federal. O programa de informatização das escolas públicas, por exemplo, uma das

prioridades do MEC para os próximos dois anos, depende do envolvimento das secretarias estaduais de Educação para sair do papel. Tal articulação já vinha sendo conduzida pelo secretário Ramiro Wahrhaftig, que certamente usará o peso político do Consed para mobilizar o apoio dos secretários estaduais.

Por tudo isso, podemos afirmar com convicção: 1996 foi um ano bom para a educação. Dirigentes, educadores e a sociedade em geral já têm o que comemorar, pois o país vive um novo momento no ensino, muito embora os desafios pela frente ainda sejam enormes. Mas a existência de lideranças modernas e comprometidas com a escola pública de qualidade à frente do MEC, das secretarias de Educação e do Consed e, sobretudo, a vontade de mudar que mobiliza a sociedade devem garantir maiores avanços em 1997.

■ Paulino Motter, jornalista e mestre em Ciência Política (UnB), é gestor público no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/Mec)